

OS ARQUIVOS DA FCBTVE: DIFICULDADES PARA UMA HISTÓRIA DA TV NO BRASIL

Eduardo Amando de Barros Filho I Doutor em História e Sociedade pela FCL-UNESP/Assis. Docente da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) – Campus Jaú e professor efetivo do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel (IMES-SM). E-mail: eduardofilho@unoeste.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1752742006206941>.

Como não podia deixar de ser, as pesquisas históricas sobre a televisão têm avançado significativamente no Brasil. Entretanto, ao escolher a televisão como objeto ou fonte de estudo os pesquisadores se deparam com uma série de dificuldades, como a existência e as condições técnicas de arquivos e o acesso à documentação escrita e audiovisual das empresas televisivas brasileiras.

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) foi criada em 1967 pelo regime militar com o objetivo de ser um centro produtor e distribuidor de programas educativos e posteriormente responsável por um canal de televisão educativo, a TVE do Rio de Janeiro. Em 1981, com a reforma administrativa efetuada pelo MEC, a FCBTVE sofreu fusões, dando origem à FUNTEVÊ. Na década seguinte, novas alterações foram implementadas, as quais, somadas a outras em 2000, modificaram a instituição por completo, originando as atuais Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e sua emissora TV Brasil.

O estudo histórico da FCBTVE é de importância fundamental para entendermos a história da televisão brasileira, refletir acerca da consolidação do modelo televisivo comercial, pensar o papel dos governos militares e o espaço reservado às experiências educativas na telinha nacional.

A documentação escrita para uma pesquisa da FCBTVE de 1967 a 1981 é variada, como relatórios de atividades, publicações comemorativas, estudos, contratos, estatutos, atas de reuniões, cartas, informes, convênios e memorandos.

No que diz respeito à documentação audiovisual, a FCBTVE produziu uma gama enorme de programas televisivos, entre o final da década de 1960 e início da de 1980, transmitidos por emissoras educativas, comerciais e para sua TVE do Rio de Janeiro.

Apesar de ter sido um órgão estatal, o que facilita o acesso no Brasil, a FCBTVE teve várias sucedâneas até a atual EBC. Os documentos escritos da FCBTVE, produzidos entre 1967 e 1981, se encontram fragmentados, incompletos e malconservados. Os audiovisuais daquele período não estão disponíveis para consulta.

Em 2015, o que era possível presenciar em visita ao “Arquivo da Penha”, de responsabilidade da EBC-RJ e da ACERP, é que muito dos audiovisuais do período pode ter se deteriorado e muitos documentos podem ter se perdido. Não existe uma catalogação, apenas etiquetas nas pastas ou caixas. Os audiovisuais ficavam num galpão separado dos documentos escritos. Aparentemente, os equipamentos necessários para preservação dos audiovisuais não estavam funcionando e o galpão apresentava problemas estruturais no telhado.

O chamado “Arquivo da Penha” foi inaugurado em março de 1985 com o nome de Centro de Multimeios Padre José de Anchieta, sob responsabilidade da sucessora da FCBTVE, a FUNTEVÊ. Em 2015, constatamos que ele funciona como um depósito de documentos escritos e audiovisuais das várias instituições antecessoras à EBC. Em suas dependências, com condições insalubres, encontramos também, em avançado processo de deterioração, equipamentos televisivos, o primeiro veículo de externa da TVE do Rio de Janeiro, móveis de escritório, computadores, além de automóveis abandonados da EBC e da TV Brasil.

Mesmo nestas condições, foi possível ter acesso a uma vasta documentação da FCBTVE como: sua lei de criação, seus estatutos, concessão para estabelecer a TVE do Rio de Janeiro, atas de reuniões de seu conselho curador e diretor, resumo histórico da compra do terreno na avenida Gomes Freire, plano de expansão de seu Telecentro, correspondências, atos para transferência da TVE para a Radiobrás, contratos, convênios, pesquisa de recepção de suas produções, entre outros.

As dificuldades ou impossibilidades de acesso à documentação das emissoras obviamente prejudicam pesquisas ocupadas com a televisão brasileira, entretanto não as impossibilitam. O pesquisador pode se valer de várias outras fontes que podem complementar ou substituir a impossibilidade de acesso à documentação das emissoras televisivas, como: jornais e revistas do período, publicações específicas sobre televisão, legislação, documentos ministeriais, biografias, memórias, entrevistas, audiovisuais disponíveis em sítios de compartilhamento e mídias digitais produzidas pelas emissoras e disponíveis no mercado.

Contudo, é relevante frisar que os pesquisadores que incluem, ou pretendem incluir a televisão como seu objeto de estudo e fonte de pesquisa, dado que se configura como um tema presente, amplo, contemporâneo e relacionado com as diversas instâncias sociais, culturais e políticas, devem empenhar-se em encontrar alternativas diante das dificuldades ou impedimentos ao acesso a materiais ligados a ela e preocupar-se com questões como a criação de arquivos públicos destinados à memória audiovisual e à acessibilidade dos arquivos das emissoras televisivas.